

Para o chefe do EMFA, "agora podemos sair do sufoco".

O ministro-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, brigadeiro Paulo Roberto Camarinha, ficou satisfeito com a votação da Constituinte. "Eu não disse que o País está amadurecido? Os congressistas revelaram uma posição patriótica, pois o presidencialismo é o melhor para o Brasil", disse o ministro, acrescentando que "agora podemos sair do sufoco dos últimos dias e há condições de o mandato de cinco anos para o presidente ser aprovado".

"Já estamos acostumados com o presidencialismo. Para que mudar?", indagou o brigadeiro, acrescentando que, se tivesse mudado, depois de um ano o País acabaria chegando à conclusão de que o parlamentarismo não daria certo. Para o ministro, agora o presidente Sarney terá condições de enfrentar a crise econômica.

Com maior sustentação política, o presidente terá condições melhores para negociar com o Fundo Monetário Internacional uma solução adequada para o problema da dívida externa, e naturalmente poderá estudar soluções também para os demais problemas econômicos.

Ontem, assessores dos Ministérios do Exército, Marinha e Aeronáutica disseram que a situação nos gabinetes militares era de absoluta tranquilidade, e que nenhum parlamentar havia sido recebido pelos titulares dessas Pastas. Apenas o ministro do Exército, Leonidas Pires Gonçalves, teria saído no final da manhã para despachar como presidente.

Golpe de Ulysses

"O Brasil escapou do golpe do doutor Ulysses Guimarães. Essa não foi uma vitória do presidente Sarney, mas sim uma derrota do doutor Ulysses", analisou o presidente da Bolsa de Valores de São Paulo, Eduardo Rocha Azevedo. Para ele, a tese do mandato de cinco anos para Sarney também não foi fortalecida com a aprovação do presidencialismo, "porque há muitos constituintes que votaram no presidencialismo, mas são favoráveis a quatro anos para Sarney. Depende agora de a população ter sensibilidade suficiente para pedir eleições gerais em 88".

Abram Szajam, presidente da Federação do Comércio do Estado de São Paulo, disse que "prevaleceu o bom senso. A Constituinte, os constituintes fizeram, na minha avaliação, prevalecer a vontade popular".

Ao contrário de Eduardo Rocha Azevedo, o presidente do Sindicato dos Eletricistas de São Paulo, Antônio Rogério Magri, acha que a aprovação da emenda presidencialista favorece os cinco anos para Sarney. "Não tenho dúvida de que em função da aprovação do presidencialismo o presidente Sarney conseguirá cinco anos de mandato. Af, a classe trabalhadora terá o maior arrocho salarial de sua história. Só que desta vez estamos preparados. Daremos resposta à altura e não vamos permitir, por exemplo, a extinção da URJ para os funcionários das estatais", prometeu.

Apesar de ser um quatroanista, o presidente da CUT, Jair Meneguelli, aplaudiu a decisão da Constituinte sobre o sistema de governo: "Estou com 40 anos e finalmente vou poder, pela primeira vez, votar para presidente".

"Não compete à Igreja optar por sistemas de governo. O importante para nós é o povo ser atendido em suas legítimas aspirações", disse o ex-presidente da CNBB, dom Ivo Lorscheiter. Para o arcebispo de Natal, dom Nivaldo Monte, "nas circunstâncias atuais foi mais prudente manter o presidencialismo. Sou favorável ao parlamentarismo, mas noutras circunstâncias". O arcebispo acha que "o Brasil não está evoluído politicamente e a situação atual é confusa e seria até perigoso mudarmos agora".

Política

CONSTITUINTE

Antes mesmo da votação sobre o sistema de governo e o mandato de cinco anos, Sarney já se sentia, ontem, livre da tutela do PMDB e pronto para uma reforma ministerial.

LIVRE PARA GOVERNAR



Aureliano, Napoleão e Lourenço: por uma imediata reforma ministerial.

Os ministros presidencialistas começaram ontem mesmo a batalha para garantir mandato de cinco anos para o presidente José Sarney, na votação das disposições transitórias, mesmo com a possibilidade de adoção de medidas drásticas na área econômica, a partir de agora. O ministro Aureliano Chaves entende que, definida a duração do mandato de Sarney, todos os ministros devem colocar o cargo à disposição do chefe do Executivo, que ficaria à vontade para reestruturar seu governo. O presidente, antes mesmo da votação, informava com tranquilidade a um governador de Estado que, a partir de agora, faria um novo governo, sentia-se livre da tutela do PMDB e de Ulysses Guimarães, providenciaria com certeza uma reforma ministerial e adotaria medidas drásticas no setor econômico. Acredita o presidente que a votação foi uma demonstração de força pessoal.

Da mesma forma que Aureliano, o ministro da Educação, Hugo Napoleão, disse que, se é para deixar o presidente à vontade, os ministros devem entregar as Pastas tão logo a Constituinte defina o mandato de Sarney. "Já estamos iniciando outra batalha — a do mandato de cinco anos", disse, acrescentando que o chefe do governo saiu fortalecido com a aprovação do sistema presidencialista: "Está com bússola firme nas mãos para mudar o rumo do governo".

Mais apressados, os deputados José Lourenço, líder do PFL, e Roberto Cardoso Alves, da direção nacional do PMDB, acham que o presidente deve promover, de imediato, a reforma minist-

rial e a reformulação do governo. "Esta aprovação surpreendente só foi possível porque é dando que se recebe", disse Cardoso.

O líder do PFL, agitado, afirmou que Sarney não pode mais perder um minuto sequer para "mudar tudo, ou quase tudo", deixando de lado "os que não o apóiam para confiar mais nos que o apóiam". Os ministros devem colocar, agora, o cargo à disposição, para ajudar o presidente, disse José Lourenço.

O ministro Aureliano Chaves concorda com essa proposta, mas lembrou que a vitória do presidencialismo não é tudo: "O resultado foi muito importante. Como antigo parlamentar, não me lembro de quorum total como aconteceu. Este fato tem de ser analisado. O governo saiu prestigiado. Houve resposta da grande maioria da Constituinte ao presidente. De ora em diante, a batalha é para garantir mandato de cinco anos para Sarney", afirmou o presidente de honra do PFL.

Hugo Napoleão, sem esconder

seu entusiasmo, disse que o resultado foi a soma dos esforços de ministros e de constituintes, atuando com organicidade e dedicação.

O ministro da Educação defendeu também a reformulação governamental como consequência da confirmação do presidencialismo, com base nas forças políticas que apoiaram o governo ontem.

Antônio Carlos Magalhães, Prisco Viana, Hugo Napoleão, Borges da Silveira, Abreu Sodré, Iris Rezende e o consultor-geral Saulo Ramos, principalmente, foram os que mais agiram junto aos constituintes para assegurar a aprovação do presidencialismo, com cinco anos para os futuros presidentes.

No Palácio do Planalto, o resultado também surpreendeu. Havia confiança na vitória, mas com o máximo de 313 votos, a favor, conforme disseram antes da votação os deputados Carlos Sant'Anna, Ricardo Fiúza e Luiz Eduardo Magalhães. Um assessor do Planalto comentou, logo após a vota-

ção, que o resultado "tem que ser a grande motivação para Sarney determinar as mudanças de verdade, a começar pelo Ministério".

O presidente da República, garantiram ontem seus auxiliares e amigos mais chegados, está disposto, desde logo, a inaugurar "um novo governo". Pretende, principalmente, levar adiante medidas classificadas de "drásticas" na área econômico-financeira.

No campo político, o presidente comandará a reformulação de sua base de sustentação, acima das siglas, libertando-se da tutela de Ulysses Guimarães e de boa parte do PMDB que lutou pelo parlamentarismo e que pretende lutar pelo mandato de quatro anos.

Que a reformulação ministerial será feita, ninguém duvida. Mas ainda não há definição no Planalto se ela acontece já ou após a Constituinte definir a duração do mandato do presidente Sarney.

Os governadores tiveram atuação especial e o Planalto reconhece que foram peças importantes. A atitude do governador de Pernambuco, Miguel Arraes, liberando a bancada, deixou Sarney muito reconhecido. No Planalto Arraes foi muito elogiado, afirmando-se que ele agiu corretamente e seriamente, sem maiores alardes.

Em compensação, os ministros que lutaram pelo parlamentarismo, como Renato Archer e Luís Henrique, e os governadores Waldir Pires e Pedro Simon deverão sofrer consequências de sua atual impopularidade no Planalto, quando for feita a reforma ministerial.

Sarney celebra a "legitimidade da decisão"

"Uma vitória muito expressiva para o País e não uma vitória pessoal." Assim o presidente Sarney definiu ontem, às 20 horas, quando deixava o Palácio do Planalto, o resultado da votação do sistema de governo. "Nunca tratei desse assunto como se fosse um problema pessoal. Sempre quis o que fosse melhor para o Brasil. O Congresso compreendeu muito bem e a legitimidade da decisão assegura isso", declarou o presidente, acrescentando que a vitória do presidencialismo se deu com uma maioria muito grande, contando com a totalidade dos constituintes.

Mais do que isso, o presidente

Sarney acredita, depois do resultado de ontem, que "o governo agora pode ter uma base parlamentar estável", segundo disse o ministro Aluísio Alves, da Administração, em dois primeiros a chegar ao Palácio do Planalto após a votação da Constituinte.

Sarney, de acordo com o ministro, sabia que não tinha essa base, porque ficou sem o apoio de lideranças partidárias. Agora, contudo, os parlamentares deixaram claro para o Palácio do Planalto qual o apoio que tem o governo.

Sarney, segundo Aluísio Alves, além de identificar essa base parlamentar, também tem certeza

de que serão aprovados cinco anos para seu mandato. No Palácio do Planalto, assessores do presidente afirmavam a toda hora que quatro anos para Sarney, nas disposições transitórias, com a aprovação de cinco anos nas disposições permanentes, seria golpe. Mas o ministro da Administração nem quis considerar essa hipótese. Para ele, o presidente Sarney também terá uma votação expressiva pelos cinco anos. Ele concorda em que o Palácio do Planalto poderá não contar com os 42 votos do PT e do PDT, mas entende que essa diferença será compensada pelos peemedebistas que ontem votaram com o parlamenta-

risimo, mas querem cinco anos para Sarney.

Assessores do presidente até garantiam que ele agora vai viabilizar um programa de governo para o final de seu mandato, livre de pressões políticas. Sarney, agora, de acordo com fontes do Palácio, passa a definir o seu programa de governo e a sua equipe, podendo chegar a uma reforma ministerial. Mas, até a votação final que definirá a duração do mandato do presidente Sarney, ninguém "vai deixar a peteca cair", garantiu o ministro Jader Barbalho, da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, que também foi ao Palácio ontem, após a votação.

Governadores, satisfeitos com o resultado.

Presidencialista declarado, o governador de São Paulo acompanhou a votação sobre o sistema de governo pela televisão da sala de imprensa do Palácio dos Bandeirantes. Tranquilo, Orestes Quércia demonstrava certeza da vitória do presidencialismo — sua única preocupação era com a possibilidade de um novo "buraco negro", que pudesse adiar a decisão. Por isso, exultou quando o painel eletrônico mostrou a presença maciça dos 559 constituintes e, depois, a aprovação da emenda presidencialista.

Em entrevista após a votação, Quércia disse estar convencido de que os cinco anos para Sarney serão aprovados, mesmo já tendo defendido a tese dos quatro anos. Mas descartou novamente sua possível candidatura à sucessão presidencial: "Tenho compromissos sérios com São Paulo", repetiu.

Segundo Quércia, o parlamentarismo traria muita instabilidade política ao País, pois "nós estamos vivendo uma crise muito séria. É preciso estabilidade no governo para a superação dessa crise e ela não poderia ser alcançada com uma experiência nova", disse, lembrando que "já tivemos um exemplo histórico que foi negativo (referindo-se ao parlamentarismo adotado entre 61 e 62). A implantação do regime parlamentarista numa época de crise, como a atual, seria uma aventura".

O governador disse ainda que São Paulo seria prejudicado com o parlamentarismo porque, se fosse respeitada a proporcionalidade, o Estado deveria ter pelo menos 120 deputados federais (atualmente tem 60 e a Constituinte aprovou aumento de mais dez). Para ele, o presidente Sarney saiu vitorioso com a vitória do presidencialismo, "principalmente com um resultado tão grande como esse".

Ao contrário de Quércia, o governador do Espírito Santo reagiu à decisão da Constituinte, considerando "deplorável" a aliança entre PT, PDT e Centrão. Para Max Mauro, agora é impossível prever o resultado da votação do mandato para Sarney, porque "não sabemos se esta união é circunstancial ou definitiva".



O governador Pedro Simon, do Rio Grande do Sul, parlamentarista, não quis sequer comentar a aprovação do presidencialismo, enquanto o matogrossense Carlos Bezerra, também parlamentarista, analisou que "é preciso consolidar melhor nossas instituições para depois implantar o novo sistema".

Bezerra explicou sua tese dizendo que "muitos dos que votaram a favor do presidencialismo são parlamentaristas".

Para Hélio Gueiros, do Pará, a mudança do sistema seria quase um golpe, porque "a índole do povo é pelo presidencialismo". Moreira Franco, do Rio de Janeiro, achou que "o que motivou a votação foi a consciência de que o presidencialismo é o caminho, é o desaguadouro natural da democracia brasileira".

Resultado divide o PMDB. E já se fala em novo partido.

O primeiro resultado prático da aprovação do regime presidencialista e duração de cinco anos de mandato para os futuros presidentes já pôde ser notado ontem: de 70 a 80 parlamentares do PMDB, 10 a 15 do PFL e pelo menos dois do PDS poderão fundar nova agremiação política, de centro-esquerda. As conversas serão reiniciadas ainda hoje, com coordenadores de grupos, no gabinete do líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso. A implosão partidária poderá ocorrer antes da definição da duração do mandato do presidente Sarney.

Confirmando o movimento, o líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, afirmou sem esconder sua frustração: "Temos de examinar, objetivamente, a saída do PMDB. Não podemos mais continuar nesta podridão".

Do PFL deverão participar do movimento pela organização de um Partido Social Democrata, entre outros, os deputados Saulo Queiroz (MS), Jaime Santana (MA), Alcení Guerra (PR), Pedro Canedo (GO), Aírton Cordeiro (PR), Jales Fontoura (GO), Maria de Lourdes Abadia (DF), e, possivelmente, os senadores Guilherme Palmeira (AL), e José Agripino Maia (RN) e os deputados Waldir Campello (DF), Joaquim Francisco (PE), Lúcio Alcântara (CE), Mendes Thame (SP), Mário Assad (MG) e Humberto Souto (MG).

Do PMDB, confirmada a adesão dos senadores Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso e José Richa, a perspectiva é do apoio de, pelo menos, 80 parlamentares. Os mais certos são Fernando Lyra, Pimenta da Veiga, Euclides Scalco, Miro Teixeira, Carlos Cotta, Cristina Tavares, Robson Marinho, Antônio Pêra, Antônio Brito, Arthur da Távola, Rita Camata, Egidio Ferreira Lima, Paulo Macarini, Osvaldo Macedo, Hélio Duque, José Tavares, José Costa, Luiz Otávio Ziza Valadares, Otávio Eliseu, Silvío Abreu.

Do PDS, pelo menos as deputadas Wilma Maia (RN) e Miriam Portella (PI).

Reações

No PDS, nem o seu presidente, senador Jarbas Passarinho, nem o líder Amaral Neto emprestaram maior importância ao fato de a bancada haver rachado ao meio, no tocante ao sistema de governo. Não há polêmica no partido por causa disso.

No PMDB, a fratura é grave e exposta. A divisão se tornou tão acirrada que o líder Mário Covas não se arriscou a falar contra a emenda Humberto Lucena temendo, exatamente, as reações dos peemedebistas.

Para o deputado Del Bosco Amaral (PMDB-SP) "o PMDB saiu muito dividido. O líder Mário Covas, é certo, abriu a questão. Quando, porém, se referiu negativamente ao presidente José Sarney, criticou, implicitamente, todos os constituintes do partido que votaram no presidencialismo. Fez o pior discurso da tarde em cinco palavras".

Do outro lado, o deputado Roberto Brant (PMDB-MG) abriu claramente o jogo: "O novo partido, que estava em gestação, agora sai. Aqui se configurou uma maioria fisiológica de que temos de nos separar". E acrescentou: "O novo partido nasce forte em Minas".

O "histórico" Pimenta da Veiga (PMDB-MG) não ocultou seu pessimismo: "Para formalizar a divisão do PMDB, falta apenas aprovar o mandato de cinco anos, que mostrará a total submissão da maioria do partido à vontade do governo, o que inviabiliza qualquer projeto político independente dentro de suas fileiras".

Um dos líderes do Centrão, Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), continuou em seu esforço para afastar os esquerdistas do PMDB: "Isto não chega a dividir o PMDB, porque a esquerda não deixa o partido nem o governo. Continua mordendo no Parlamento e comendo".

No PFL, as divergências foram encaradas com naturalidade. O vice-líder Inocêncio de Oliveira achou perfeitamente compreensível a posição dos pefelistas que votaram pelo parlamentarismo contra a orientação do líder: "Se você quer defender a democracia lá fora, deve praticá-la em casa".

O líder do PTB, Gastone Riggi, evitou o confronto: "Tanto o sistema de governo quanto a duração do mandato são questões abertas. A maioria da bancada é presidencialista. Eu mantive minha posição favorável ao parlamentarismo".

O deputado, usando um editorial.

O deputado Farabulini Junior (PTB-SP) afirmou ontem que o editorial da edição do dia 21 do Jornal da Tarde — "Por que o parlamentarismo não é uma solução" — ajudou a derrotar o sistema parlamentarista: "Tirei 500 cópias do editorial e distribuí, de manhã, nos gabinetes dos constituintes". Ele pediu também a sua transcrição nos anais do Congresso Nacional.